

Revista de Comunicação
e Linguagens n.º 2
1985

A NOVA OPACIDADE: A CRISE DO ESTADO- -PROVIDÊNCIA E O ESGOTAMENTO DAS ENERGIAS UTÓPICAS

JÜRGEN HABERMAS

HABERMAS, Jürgen, "A nova opacidade: A crise do Estado-Providência e o esgotamento das energias utópicas", *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 2, 1985, pp. 115-128.

Desde os finais do século XVIII que, na cultura ocidental, se vem formando uma nova consciência da época, sendo a história entendida como um processo universal, gerador de problemas. Nele o tempo é entendido como recurso insuficiente para o domínio, orientado para o futuro, de problemas que o passado nos lega. Passados exemplares pelos quais o presente pudesse orientar-se com segurança são apagados. A Modernidade já não pode recorrer aos modelos de outras épocas em busca de bitolas de orientação. A Modernidade vê-se posicionada exclusivamente em si, é de si própria que tem de gerar a sua normatividade. O presente autêntico é, de agora em diante, o lugar onde se entrecruzam tradição e inovação.

A depreciação de passados exemplares e o esforço de ir buscar princípios normativos substanciais às experiências e formas de vida modernas explicam a estrutura transformada do "espírito da época". O "espírito da época" transforma-se no *medium* pelo qual, de agora em diante, se movem o pensar político e a discussão política. O espírito da época recebe estímulos de dois movimentos contrários de pensamento que, no entanto, remetem um para o outro e se interpenetram: o espírito da época incendia-se na colisão do pensar histórico e utópico.

A primeira vista, estas duas formas de pensar excluem-se. O pensar histórico saturado de experiências parece vocacionado para criticar os esboços históricos.

O pensar utópico transbordante parece ter como função descobrir alternativas de acção e jogos de possibilidades que remetem para lá das

* RCL agradece a Jürgen Habermas ter amavelmente cedido este texto que foi originalmente publicado na revista *Merkur*, Jan. 1985, pp. 1-14, com o título: "Die neue Unüberfichtlichkeit: Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien". Traduzido do alemão por Maria Helena Carvalho dos Santos, no âmbito do Grupo de Tradução de Alemão Filosófico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. A RCL agradece igualmente ao Prof. António Marques e à Dr.ª Hook-Quadrado o contributo para a revisão do texto definitivo.

continuidades históricas. Na verdade, a moderna consciência da época abriu um horizonte em que o pensar utópico se funde com o pensar histórico (1). Esta incursão de energias utópicas pela consciência da história marca o espírito da época que distingue a esfera política dos povos modernos desde a Revolução Francesa.

Era assim, pelo menos, que as coisas aparentemente se passavam... até ontem. Hoje afigura-se que as energias utópicas estão consumidas, como se se tivessem retirado do pensar histórico. O horizonte do futuro contraiu-se e transformou profundamente o espírito da época bem como a política. O futuro é ocupado negativamente. No limiar do século XXI desenha-se um panorama de terror, com os interesses vitais, universais, ameaçados à escala mundial: a espiral da corrida aos armamentos; a expansão incontrolada das armas nucleares; o empobrecimento estrutural dos países em vias de desenvolvimento e o desequilíbrio social crescente dos países desenvolvidos, os problemas de poluição do meio ambiente, as grandes tecnologias que operam à beira da catástrofe, dão as palavras de ordem que penetram através dos meios de comunicação. As respostas dos intelectuais reflectem a mesma perplexidade que as respostas dos políticos. Não se trata, de forma alguma, apenas de realismo, quando uma perplexidade decididamente aceite se torna, cada vez mais, o lugar de ensaios de orientação voltados para o futuro. A situação pode ser objectivamente opaca. A opacidade, porém, é também uma função da disposição para a acção de que uma sociedade se julga capaz. Está em causa a confiança da cultura ocidental em si mesma.

II

Há, realmente, boas razões para o esgotamento das energias utópicas. As utopias clássicas traçaram as condições de uma vida humana, de uma felicidade socialmente organizada; as utopias sociais fundidas com o pensar histórico que desde o século XIX intervêm nas discussões políticas despertam expectativas mais realistas. Elas apresentam a ciência, a técnica e a planificação como instrumentos plenos de promessas e infalíveis para um controlo racional da natureza e da sociedade.

Precisamente esta expectativa foi entretanto abalada por evidências massivas. A energia nuclear, a tecnologia do armamento e o avanço no espaço, a investigação genética e a intervenção biotécnica no comportamento humano, o tratamento da informação, o processamento de dados e os novos meios de comunicação são, por sua natureza, técnicas de consequências contraditórias; e quanto mais complexos se tornam os sistemas necessitados de regulação tanto maior é a probabilidade de efeitos secundários disfuncionais. Experimentamos diariamente que as forças produtivas se transformam em forças destrutivas, que as capacidades de planificação se transformam em potenciais de perturbação. Por isso não admira que actualmente ganhem influência particularmente aquelas teo-

rias que gostariam de mostrar que as mesmas forças do aumento do poder das quais a Modernidade extraiu a sua consciência de si e as suas energias utópicas, na realidade fazem que a autonomia degenera em dependência, a emancipação em opressão, a racionalidade no irracional. Da crítica à subjectividade moderna de Heidegger extrai Jacques Derrida a conclusão de que só podemos escapar à repetitividade do logocentrismo ocidental por meio de provocação sem alvo. Em vez de pretendermos dominar as contingências aparentes no mundo, deveríamos antes dedicar-nos às contingências misteriosamente cifradas do *desvendar do mundo*. Foucault radicaliza a Crítica da Razão Instrumental de Horkheimer e Adorno numa Teoria do Eterno Retorno do Poder. Também a sua mensagem do sempre-igual ciclo do poder das sempre-novas formações do discurso há-de sufocar a última centelha de utopia e confiança da cultura ocidental em si própria.

Pela cena intelectual alastra a suspeita de que o esgotamento das energias utópicas não corresponde apenas a um estado de espírito transitório, culturalmente pessimista, mas toca mais fundo. Ela poderia apontar para uma alteração da moderna consciência da época. Talvez de novo se dissolva essa amálgama de pensar histórico e utópico; talvez se transformem a estrutura do espírito da época e o estado não estruturado da política. Talvez a consciência da história seja aliviada das suas energias utópicas. Talvez tal como, no fim do século XVIII, as esperanças do Paraíso imigraram para o lado de cá com a temporalização das utopias, assim hoje, duzentos anos passados, as expectativas utópicas percam o seu carácter secular e reassumam a forma religiosa. Considero sem fundamento esta tese do começo do após-moderno. A estrutura do espírito da época, o *modus* de disputa sobre as futuras possibilidades de vida, não se altera; as energias utópicas de forma alguma se retiram de consciência de história. Ao fim chega, pelo contrário, uma determinada utopia que, no passado, cristalizou em torno do potencial da sociedade do trabalho.

Os clássicos da teoria social, de Marx a Max Weber, estão de acordo em que a estrutura da sociedade burguesa é marcada por trabalho abstracto, por um tipo de trabalho por conta de outrem, dirigido pelo mercado, explorado capitalisticamente e organizado empresarialmente. Porque a forma deste trabalho abstracto desenvolveu uma força tão marcante, capaz de invadir todos os domínios, as expectativas utópicas puderam orientar-se para a esfera da produção, para um trabalho emancipado da alienação. As utopias dos primeiros socialistas condensaram-se na imagem do *Phalanstère*, uma organização social do trabalho de produtores livres e iguais.

Da produção correctamente dirigida devia resultar a forma comunal da vida de trabalhadores livremente associados. A ideia da autogestão dos trabalhadores inspirou ainda o movimento de protesto do final dos anos sessenta (2). Apesar de toda a crítica ao socialismo dos primeiros tempos, também Marx prosseguiu a mesma utopia social do trabalho na *Ideologia Alemã*: "Chegou-se, pois, agora ao ponto em que os indivíduos devem apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes..., para chegarem à sua actividade autónoma. A apropriação destas forças nada mais é do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspon-

dentes aos instrumentos materiais de produção. Só neste estágio é que a actividade autónoma coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos no sentido de chegarem a homens totais e à perda de toda a espontaneidade natural" (*Naturwuchsigkeit*).

A utopia social do trabalho perdeu a sua força de convicção - e não só porque as forças produtivas perderam a sua inocência ou porque a extinção da propriedade privada dos meios de produção obviamente não desembocou *per se* na autogestão dos trabalhadores. Sobretudo, a utopia perdeu o seu ponto de referência na realidade: a força estruturante e formadora da sociedade do trabalho abstracto. Claus Offe reuniu "sinais" convincentes "de uma força de determinação objectivamente decrescente dos factos do trabalho, produção e aquisição para a composição e desenvolvimento de sociedades no seu todo" (3).

Mas porque haveria a força persuasiva decrescente da utopia social do trabalho de ser significativa para a esfera pública alargada, ajudando a esclarecer um esgotamento *universal* das pulsões utópicas? Ora esta utopia não atraiu apenas intelectuais. Inspirou o movimento europeu dos trabalhadores e, no nosso século, deixou vestígios em três programáticas muito diversas e historicamente eficazes. Em reacção às consequências da Primeira Guerra Mundial e à crise da economia mundial impuseram-se as correspondentes correntes políticas: o comunismo soviético na Rússia; o corporativismo autoritário na Itália fascista, na Alemanha nazi e na Espanha falangista; e o reformismo social-democrata nas democracias de massa do Ocidente. Mas este projecto do Estado social apropriou-se da herança dos movimentos burgueses de emancipação: o Estado constitucional democrático. Embora nascido da tradição social-democrática, ele não foi de forma alguma prosseguido apenas pelos governos de orientação social-democrática. Depois da Segunda Guerra Mundial, nos países ocidentais, todos os partidos governamentais alcançaram as suas maiorias, de forma mais ou menos acentuada, sob o signo das metas do Estado social. Desde os meados dos anos setenta, porém, os limites do projecto do Estado social acedem à consciência - sem que até agora seja perceptível uma alternativa clara. Gostaria, por isso, de precisar a minha tese de que a Nova Opacidade faz parte de uma situação em que uma programática do Estado social que se alimenta da utopia social do trabalho perde a capacidade de esboçar possibilidades futuras de uma vida colectivamente melhor e menos ameaçada.

III

O cerne utópico, a libertação do trabalho heterónimo, assumira realmente uma outra forma no projecto do Estado social. Relações de vida humana emancipadas já não devem resultar directamente de uma revolucionarização das relações de trabalho, portanto de transformação do trabalho heterónimo em actividades autónomas. Contudo, as relações pro-

fissionais reformadas conservam um valor fulcral neste projecto (4). Elas subsistem como ponto de referência não só para as medidas de humanização de um trabalho que continua marcado pela alienação, mas sobretudo para as medidas compensatórias que devem atenuar os riscos do trabalho assalariado (acidente, doença, perda do posto de trabalho, velhice desvalida). Decorre daqui que todas as pessoas válidas para o trabalho devam estar integradas no sistema de ocupação assim aperfeiçoado e afeiçoado - o pleno emprego. O equilíbrio só funciona se o papel do assalariado a tempo inteiro se transformar em regra. Por encargos que continuam associados a um *status* cómodo de trabalho por conta de outrem, o cidadão é compensado, na sua qualidade de cliente das burocracias do Estado de bem-estar, com a aquisição de direitos e, no seu papel de consumidor de bens de massa, com poder de compra. A alavanca para o apaziguamento do antagonismo entre as classes continua, pois, a ser a neutralização da matéria conflitual inerente ao estado de assalariado.

Este objectivo deve ser alcançado na via que passa pela legislação do Estado social e pelas convenções colectivas das partes contratantes independentes. As políticas do Estado social vão buscar a sua legitimidade a eleições gerais e encontram a sua base social nos sindicatos autónomos, bem como nos partidos de trabalhadores.

O êxito do projecto depende, com efeito, antes de tudo, de força e capacidade negocial de um aparelho de Estado intervencionista. Este deve intervir no sistema económico com o objectivo de proteger o crescimento capitalista, minorar as crises e assegurar simultaneamente a capacidade de concorrência das empresas a nível internacional e os postos de trabalho, para que resultem crescimentos que permitam a repartição da riqueza sem desencorajarem os investidores privados. Isto esclarece o aspecto metodológico: o compromisso do Estado social e o apaziguamento do antagonismo entre as classes devem ser alcançados de modo que o poder do Estado democraticamente legitimado seja usado para proteger e controlar o processo de crescimento capitalista. O lado essencial do projecto alimenta-se de restos da utopia social do trabalho: sendo o "status" dos empregados normalizado, no Estado burguês, pelos direitos sociais de participação e co-propriedade, a massa da população alcança as possibilidades de viver em liberdade, justiça social e bem-estar crescente. Pressupõe-se deste modo que é possível assegurar uma coexistência pacífica entre democracia e capitalismo por meio de intervenções estatais.

Nas sociedades industriais desenvolvidas do Ocidente, esta condição precária pôde ser plenamente satisfeita, pelo menos nas conjunturas favoráveis do período do após-guerra e da reconstrução. Mas não é da conjuntura diferente que começou nos anos setenta nem das respectivas circunstâncias que desejo ocupar-me, mas sim das dificuldades internas que ao Estado social advieram dos seus próprios êxitos.

Nesta perspectiva sempre se puseram duas questões: dispõe o Estado intervencionista de suficiente poder e eficiência de acção para dominar o sistema de economia capitalista no sentido da sua programática? E será a intervenção do poder político o método adequado para se atingir o objectivo essencial - a formação e salvaguarda de formas de vida desalienadas, dignas do ser humano? Trata-se, pois, em primeiro lugar, de saber

quais os limites da possibilidade de conciliar capitalismo e democracia e, em segundo lugar, das possibilidades de produzir novas formas de vida com meios jurídico-burocráticos.

Primeiro: Desde o princípio que o Estado nacional foi sentido como uma moldura demasiado apertada para permitir a expansão das doutrinas económicas keynesianas perante os imperativos do mercado mundial e a política de investimentos de empresas que operam à escala mundial. Mais visíveis são, porém, os limites do poder de intervenção do Estado internamente. Aqui o Estado social esbarra com a oposição dos investidores privados, oposição tanto maior quanto mais ele consegue impor os seus programas.

Há naturalmente muitas causas que explicam a degradação da rentabilidade das empresas, a diminuição da vontade de investir e a queda das taxas de crescimento. Mas as aplicações do capital também não permanecem intocadas pelos resultados das políticas do Estado social - quer de facto, quer (e ainda mais) na percepção subjectiva das empresas. Além disso, o aumento dos encargos salariais e outros custos associados estimulam a racionalização dos investimentos que, em nome de uma segunda revolução industrial, reduzem tão dramaticamente a duração do trabalho socialmente necessário que, apesar da tendência secular para a redução do horário de trabalho, é cada vez maior o número de trabalhadores aparentemente considerados excedentários.

Numa situação em que, mesmo para a opinião pública, há uma relação impressionante entre, de um lado, a falta de vontade de investir e a estagnação económica, o aumento do desemprego e a crise das despesas públicas e, do outro lado, os custos do Estado de bem-estar, sentem-se as limitações estruturais sob as quais tem de ser fundado e mantido o compromisso do Estado social. Porque o Estado social tem de deixar intacto o modo de funcionamento do sistema económico, ele não tem possibilidades de exercer influência na actividade privada de investimentos senão através de intervenções conformes ao sistema. Nem tão pouco disporá de força para tal, porquanto a repartição da riqueza se limita, no essencial, a um reajustamento dentro do grupo dos trabalhadores por conta de outrem e quase não toca na estrutura classista da riqueza, especialmente na distribuição dos meios de produção. É assim que precisamente o bem sucedido Estado social desliza para uma situação em que tem de tomar consciência de que em si próprio não é, como demonstra Claus Offe em *Arbeitsgesellschaft (Sociedade de Trabalho)*, "fonte de bem-estar" autónoma e de que não pode garantir a segurança dos postos de trabalho senão enquanto direito burguês.

Numa tal situação, o Estado social corre simultaneamente o perigo de ver escapar-se-lhe a sua base social. Os estratos eleitorais móveis em sentido ascendente, que foram quem mais directamente aproveitou com o desenvolvimento do Estado social, podem, em épocas de crise, desenvolver uma mentalidade de defesa dos direitos adquiridos e associar-se à velha classe média, em geral às camadas de mentalidade "produtivista", num bloco defensivo contra os grupos subprivilegiados ou marginalizados. Por meio desse reajustamento da base eleitoral estão, em primeira linha, ameaçados os partidos que, tal como os Democratas nos Estados Unidos, o *Labour Party* (Partido Trabalhista) inglês ou a Social De-

mocracia alemã, ao longo de dezenas de anos puderam contar com uma firme clientela do Estado social. Ao mesmo tempo, as organizações sindicais sentem a pressão resultante da mudança do mercado de trabalho: o seu potencial de pressão enfraquece, perdem membros e cotizações e vêm-se coagidos a uma política de alianças que é concebida segundo os interesses de curto prazo dos ainda empregados.

Segundo: Mesmo que o Estado social pudesse, em condições de enquadramento mais felizes, retardar ou até suprimir os efeitos secundários do seu êxito que põem em perigo as suas próprias condições de funcionamento, subsistiria um problema mais amplo por resolver. Os advogados do projecto do Estado social olharam sempre e apenas numa direcção. Em primeiro plano estava a missão de disciplinar o poder económico espontâneo e desviar do mundo de vida dos trabalhadores por conta de outrem os efeitos destruidores de um crescimento económico de crise. O poder do governo alcançado por via parlamentar aparecia como um recurso tão inocente como essencial; dele devia o Estado intervencionista extrair força e capacidade de manobra frente à obstinação sistémica de economia. Os reformadores tinham considerado como absolutamente indiscutível que o Estado activo interviesse, não só no circuito económico, como também no circuito de vida dos seus cidadãos - a reforma das condições de vida dos empregados era, de facto, o objectivo dos programas sócio-estatais. Realmente, por esta via atingiu-se um grau mais elevado de justiça social.

Mas precisamente aqueles que reconhecem esta conquista histórica do Estado social e que não deixam de criticar as suas fraquezas reconhecem, entretanto, o fracasso que não pode ser atribuído a este ou àquele obstáculo ou a uma realização frouxa do projecto, mas a uma estreiteza de perspectiva específica do próprio projecto. Todo o cepticismo ficava ocultado perante o *medium*, talvez indispensável, mas apenas pretensamente inocente, do poder. Os programas sociais de Estado fazem largo uso desse *medium* para alcançarem força de lei e para poderem ser financiados pelo orçamento do Estado e implementados no mundo da vida dos seus beneficiários. Assim, uma rede cada vez mais espessa de normas jurídicas, de burocracias estatais e para-estatais cobre o quotidiano dos clientes potenciais e de facto.

Longas discussões sobre legislação e burocratização em geral, sobre os efeitos contraproducentes da política social do Estado, em particular sobre profissionalização e cientificação dos serviços sociais, atraíram a atenção para factos que faziam sobressair esta ideia: os meios jurídico-administrativos de conversão dos programas sociais do Estado não representam um *medium* passivo, por assim dizer incharacterístico. Pelo contrário, com eles está articulada uma praxis da singularização dos factos, da normalização e do controlo cuja violência reificante e subjectivante foi investigada por Foucault até às mais subtis ramificações da comunicação quotidiana. As deformações de um mundo da vida regulamentado, desmembrado, controlado e protegido são certamente mais sublimes que as formas evidentes de exploração material e empobrecimento, mas os conflitos sociais interiorizados e repercutidos sobre o espírito e o corpo não são por isso menos destrutivos. Em resumo, ao projecto social do Estado como tal é inerente a oposição entre meta e método. A sua meta

é o estabelecimento de formas de vida igualmente estruturadas que simultaneamente devessem libertar espaços para a espontaneidade e a auto-realização individual. Mas obviamente esta meta não pode ser alcançada pela via directa de uma conversão jurídico-administrativa dos programas políticos; sobrecarregando-o com a produção de formas de vida está-se a exigir demais ao *medium* poder.

IV

Com base em dois problemas tratei de obstáculos que o bem-sucedido Estado Social põe no seu próprio caminho. Com isto não quer dizer que o desenvolvimento do Estado social tenha sido uma espacialização errada. Pelo contrário, as instituições sociais do Estado marcam, e não em pequeno grau, como instituições do Estado constitucional democrático, um surto de desenvolvimento do sistema político para o qual não há alternativa visível nas sociedades do nosso género - nem quanto às funções que o Estado social preenche nem quanto às reivindicações normativamente justificadas que ele satisfaz. Acima de tudo, os países ainda atrasados no desenvolvimento do Estado social não têm razão plausível para evitarem este caminho. É precisamente a falta de alternativas, talvez até a irreversibilidade destas estruturas de compromisso pelas quais se continua a combater, o que nos coloca hoje perante o dilema de o capitalismo evoluído tão pouco poder viver sem o Estado social como com o alargamento da sua implementação. As reacções de maior ou menor perplexidade a este dilema mostram que está esgotado o potencial político de sugestão da utopia social do trabalho.

Muito simplificadamente, distinguem-se três modelos de reacção em países como a República Federal e os Estados Unidos. O *legitimismo sócio-estatal de sociedade industrial* característico da social democracia de direita está na defensiva. Esta característica entendo-a eu em sentido lato do modo que pode encontrar aplicação, por exemplo, na ala Mondale dos Democratas nos Estados Unidos ou no segundo governo de Mitterrand. Os legitimistas riscam do projecto sócio-estatal precisamente a componente que ele tinha ido buscar à utopia social do trabalho. Renunciam à meta que pretende levar tão longe o trabalho heterónimo que o "status" do cidadão livre e igual em direitos que atinge a esfera de produção possa transformar-se no cerne de cristalização de formas de vida autónomas. Os legitimistas são hoje os próprios conservadores que gostariam de estabilizar o que já foi alcançado. Têm esperanças de reencontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento do Estado social e a modernização da economia de mercado. A balança desequilibrada entre as orientações democráticas intervencionistas e a própria dinâmica capitalista mitigada deve novamente estabilizar-se. Esta programática está fixada na preservação dos privilégios adquiridos do Estado Social. Ela engana-se, porém, quanto aos potenciais de resistência que se acumulam na voragem de uma

erosão burocrática progressiva dos mundos da vida estruturados comunicativamente e libertados dos constrangimentos naturais; e tão pouco essa programática toma a sério desajustamentos da base social e sindical em que as políticas sociais do Estado podiam até agora apoiar-se. Tendo em vista a reorganização de estruturas do voto e o enfraquecimento da posição sindical, essa política está ameaçada por uma desesperada corrida contra o tempo.

Encontra-se em ascensão o *neoconservadorismo* que se orienta igualmente no sentido da sociedade industrial, mas que se afirma decididamente crítico do Estado social. A administração Reagan e o governo de Margaret Thatcher apresentam-se em seu nome; o governo conservador da República Federal adoptou uma linha idêntica. O neoconservadorismo é essencialmente marcado por três componentes:

Em primeiro lugar, uma política económica orientada para a oferta deve melhorar as condições de aplicação do capital e repor o processo de acumulação de riqueza. Essa política resigna-se, transitariamente apenas, segundo afirma, a uma taxa de desemprego relativamente alta. O reajustamento dos rendimentos vai sobrecarregar as camadas mais pobres da população, conforme demonstram as estatísticas dos Estados Unidos, enquanto os grandes detedores do capital conseguem nítidas melhorias de rendimento. Do acima referido procede uma certa limitação dos serviços sociais do Estado.

Em segundo lugar, aprofundam-se os custos de legitimação do sistema político. "Inflação reivindicativa" e "ingovernabilidade" são palavras-chave duma política que pretende uma maior desarticulação da administração e da formação da vontade política. Nesta conformidade, estimulam-se movimentos neocorporatistas, portanto uma activação do potencial de regulação não-estatal de grandes associações, em primeira linha de organizações de empresários e sindicatos. A transferência de competências parlamentares, normativamente regulamentadas, para sistemas de negociação que se limitam a funcionar faz do Estado um parceiro negociante entre outros. A transferência de competências para zonas cinzentas neocorporativas retira cada vez mais matérias sociais a um "modus" de decisão que, por força de normas constitucionais, é obrigado a zelar, de igual modo, por todos os interesses envolvidos (5).

Em terceiro lugar, a política cultural fica com a missão de operar em duas frentes. Deve, por um lado, desacreditar os intelectuais como estrato simultaneamente ávido de poder e improdutivo do Modernismo, pois os valores post-materiais, sobretudo as necessidades expressivas de auto-realização e os juízos críticos de uma moral iluminista universalista são uma ameaça às motivações de uma sociedade de trabalho funcional e da esfera pública despolitizada. Por outro lado, deve zelar pela cultura tradicional, pelos poderes vigentes da moral convencional, do patriotismo, da religião burguesa e da cultura popular. Esta cultura existe para compensar o mundo da vida privado, por sobrecargas pessoais e para o proteger contra a pressão da sociedade de concorrência e da modernização acelerada.

A política neoconservadora tem uma certa possibilidade de se impor, se encontrar uma base de apoio naquela sociedade bipartida e segmentada que ela simultaneamente fomenta. Os grupos segregados ou marginali-

zados não dispõem de direito de veto, pois representam uma minoria tolerada, excluída do processo de produção. O padrão que, no quadro internacional, cada vez mais se interpõe entre as metrópoles e a periferia subdesenvolvida parece repetir-se no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas: os poderes estabelecidos estão, para sua própria produção, cada vez menos dependentes do trabalho e vontade de cooperação dos empobrecidos e privados de direitos. Todavia, uma política não tem apenas de se impor, precisa também de funcionar. Uma denúncia resoluta do compromisso sócio-estatal deveria, porém, deixar lacunas funcionais que só poderiam ser colmatadas por meio de repressão ou de abandono.

Um terceiro modelo de reacção desenha-se na *dissidência de críticos do crescimento* que sustentam uma posição ambivalente frente ao Estado social. Assim, por exemplo, nos Novos Movimentos Sociais da República Federal reúnem-se minorias da mais variada proveniência, as quais formam uma "aliança anti-productivista" - velhos e novos, mulheres e desempregados, homossexuais e deficientes, crentes e ateus. O que os une é a recusa de toda e qualquer visão produtivista do progresso que os legitimistas partilham com os neoconservadores. Para ambos estes partidos, a chave da modernização social, tão liberta de crises quanto possível, está em dosear correctamente a repartição da carga dos problemas entre os subsistemas Estado e economia. Uns vêem as causas da crise na própria dinâmica desenfreada da economia; para outros essas causas são imputáveis às barreiras burocráticas impostas à economia. O controlo social do capitalismo ou a transferência dos problemas do domínio da administração planificadora para o mercado são as respectivas terapias. Um dos lados vê a origem das perturbações na mão-de-obra monetarizada, o outro encontra-a na restrição burocrática à iniciativa privada. Mas os dois lados estão de acordo em que os domínios de interacção carecentes de protecção do mundo da vida só podem assumir um papel passivo perante os motores próprios da modernização social - Estado e economia. Ambos estão convencidos de que o mundo da vida pode ser suficientemente desarticulado destes subsistemas e protegido contra violações sistémicas se Estado e economia se completarem numa relação correcta e se estabelecerem reciprocamente.

Mas os dissidentes da sociedade industrial partem da ideia que o mundo da vida está, em igual medida, ameaçado pela acomodação e pela burocratização - nenhum dos dois *media* - nem o poder nem o dinheiro - está, à partida, mais inocente do que o outro. Mas os dissidentes têm por necessário que seja reforçada a autonomia de um mundo da vida ameaçado nos seus fundamentos vitais e no seu apetrechamento comunicativo interior. Apenas exigem que a dinâmica própria dos subsistemas governados por poder e dinheiro seja quebrada, ou pelo menos contida, por formas de organização basistas e autogestionárias. Neste contexto vêm a lume conceitos económicos duais e propostas de desarticulação da segurança social e do emprego (6). A indiferenciação, na verdade, deve afirmar-se não só no papel de trabalhadores por conta de outrem, mas também no do consumidor, do cidadão e do cliente das burocracias do Estado do bem-estar. Os dissidentes da sociedade industrial herdaram, conseqüentemente, a programática do Estado social na componente radical-

-democrática abandonada pelos legitimistas. Mas, na medida em que não vão além da mera dissidência, na medida em que permanecem tolhidos no fundamentalismo da Grande Recusa e não propõem mais do que programas negativos de blocagem do crescimento e de indiferenciação, ficam aquém de uma compreensão global do projecto do Estado social.

Na fórmula do controlo social do capitalismo não se encontrava apenas a resignação perante o facto consumado de que o envólucro de uma complexa economia de mercado já não explora por si nem se transforma democraticamente com as receitas simplistas da auto-gestão dos trabalhadores. Aquela fórmula continha também o ponto de vista de que uma acção indirecta, vinda do exterior, sobre os mecanismos de auto-regulação exige algo de novo, nomeadamente uma combinação altamente inovadora do poder e auto-limitação inteligente. A esse elemento novo subjazia na verdade, a princípio, a ideia de que a sociedade podia, sem perigo, agir sobre si própria com o meio da neutralidade do poder político-administrativo. Se agora já não é só o capitalismo mas também o Estado intervencionista que deve ser "socialmente" refreado, a tarefa complica-se consideravelmente. Pois então aquela combinação de poder e auto-limitação inteligente não pode ser confiada à capacidade de planificação estatal.

Se agora a contenção e a regulação indirecta devem dirigir-se também contra a dinâmica própria da administração pública, o potencial de reflexão e regulação exigível tem de ser procurado noutra sítio, designadamente numa selecção totalmente diferente entre esferas públicas autónomas, auto-organizadas, por um lado, e, por outro, em domínios de acção regulados por dinheiro e poder administrativo. Decorre daqui a difícil missão de possibilitar a generalização democrática de interesses e uma justificação universal de normas logo *abaixo* do limiar dos aparelhos partidários autonomizados em grandes organizações e, por assim dizer, transferidas para o sistema político. Um pluralismo espontâneo de subculturas refractárias que decorresse de recusa espontânea deveria desenvolver-se paralelamente às normas de igualdade cívica. Surgiria então unicamente uma esfera que se comportasse como uma viragem reflectida das zonas cinzentas neocorporativas.

V

O desenvolvimento do Estado social caiu num beco sem saída. Com ele esgotam-se as energias da utopia social do trabalho. As respostas dos legitimistas e dos neoconservadores movem-se no *medium* do espírito da época que é ainda e só defensivo: exprimem uma consciência de história que está privada da sua dimensão utópica. Também os dissidentes da sociedade de crescimento persistem na defensiva. A sua resposta apenas podia ser dirigida para a ofensiva se o projecto do Estado social não fosse simplesmente estabilizado ou abandonado, mas prosseguido a um grau

superior de reflexão. No projecto do Estado social tornado reflexivo e dirigido não só para o refrear da economia capitalista mas para o controlo do próprio Estado, o trabalho deixa realmente de ser o seu ponto de referência central. Já não se trata da defesa do trabalho a tempo inteiro transformado em norma. Um tal projecto não poderia sequer esgotar-se na ideia de, com a introdução do rendimento mínimo garantido, quebrar a maldição que o mercado de trabalho suspende sobre a história de vida de todos os trabalhadores válidos - e também sobre o potencial crescente, e cada vez mais alargado, dos que permanecem na reserva. Este passo seria revolucionário, mas não suficientemente revolucionário, sobretudo se o mundo de vida não pudesse ser protegido não só contra os imperativos inumanos do sistema de trabalho mas também contra os efeitos secundários contraproducentes de uma prevenção administrativa de existência em geral.

Estas ondas de choque só poderiam funcionar na permuta entre sistema e mundo de vida se simultaneamente ocorresse uma nova partilha dos poderes. As sociedades modernas dispõem de três recursos com os quais podem satisfazer as suas necessidades de regulação: dinheiro, poder e solidariedade. As respectivas esferas de influência deveriam ser reequilibradas. Com isto quero dizer o seguinte: a força sócio-integrativa da solidariedade deveria poder afirmar-se contra as "forças" dos outros dois recursos de regulação: dinheiro e poder administrativo. Ora os domínios de vida que se especializaram na expansão dos valores tradicionais e do saber cultural, na integração de grupos e na socialização dos adolescentes sempre estiveram atribuídos à solidariedade. Da mesma fonte deveria agora brotar a formação de uma vontade política capaz de exercer influência sobre a delimitação de fronteiras e a permuta entre, por um lado, estes domínios de vida estruturados comunicativamente e, por outro, Estado e economia.

Trata-se da integralidade e autonomia de estilos de vida, porventura da defesa de subculturas tradicionalmente conhecidas ou de transformação da gramática de formas de vida ultrapassadas. Para uma, oferecem exemplos os movimentos regionalistas; para outra, os movimentos feministas ou ecologistas. Estas lutas permanecem, na sua maioria, latentes; movem-se no micro-domínio das comunicações quotidianas, só de vez em quando se transformando em discursos públicos e intersubjectividades de grau superior. Nestes cenários podem formar-se esferas públicas autónomas que estabelecem comunicação umas com as outras, logo que é utilizado o potencial para a auto-organização ou para o uso auto-organizado de *media* de comunicação. Formas de auto-organização reforçam a capacidade colectiva de manobra abaixo de um limiar em que as metas de organização se libertam das orientações e posições dos membros de organização e onde as metas se tornam dependentes dos interesses de conservação da existência de organizações autonomizadas.

A capacidade de manobra de organizações basistas ficará sempre aquém da sua capacidade de reflexão. Isto não deve constituir obstáculo ao cumprimento da tarefa que vem a primeiro plano na prossecução de projecto do Estado social. As esferas públicas autónomas deveriam atingir uma combinação de poder e auto-limitação inteligente que pudesse tornar suficientemente sensíveis os mecanismos de auto-regulação de

Estado e economia frente aos resultados orientados para uma finalidade de formação de vontade democrática radical. Provavelmente tal só acontece se os partidos políticos abandonarem uma das suas funções sem a substituírem, isto é, sem darem meramente lugar a um equivalente funcional: o da geração de lealdade das massas.

Estas reflexões são tanto mais provisórias, mesmo mais obscuras, quanto mais avançam pela terra de ninguém normativa, onde são já mais fáceis as delimitações negativas. O projecto do Estado social tornado reflexivo despede-se da utopia social do trabalho. Esta orientara-se pelo contraste entre o trabalho vivo e o trabalho morto, pela ideia de auto-actividade. Ao mesmo tempo, teve, na verdade, de pressupor as formas subculturais de vida dos operários industriais como fonte de solidariedade. Teve de pressupor que as relações de cooperação na fábrica reforçariam até a solidariedade espontânea das subculturas dos operários. Estas, porém, decaíram, entretanto, consideravelmente. E é de certo modo duvidoso que a sua força estimulante de solidariedade no local de trabalho se possa regenerar. Seja como for, a temática de hoje é aquilo que foi pressuposto ou condição marginal da utopia social do trabalho. E nesta temática os acentos utópicos do conceito do trabalho transferem-se para o da comunicação. Falo apenas de "acentos" porque, com a troca de paradigmas da sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação, também se altera o modo de articulação à tradição utópica.

Certamente com a despedida de conteúdos utópicos da sociedade de trabalho de modo nenhum se encerra a dimensão utópica de consciência da histórica e da discussão política. Se secam os oásis utópicos, expande-se um deserto de banalidades e perplexidade. Eu permaneço na minha tese de que o processo de auto-certificação da modernidade (*Selbstvergewisserung*), agora como dantes, é estimulado por uma consciência de actualidade em que se fundem o pensar histórico e utópico. Mas com os conteúdos utópicos da sociedade de trabalho desaparecem duas ilusões que enfeitaram a auto-compreensão da Modernidade. A primeira ilusão resulta de uma diferenciação insuficiente.

Nas utopias da ordem, as dimensões de felicidade e emancipação haviam concorrido com as de reforço do poder e de produção de riqueza social. Os esboços de formas de vida racionais realizaram uma simbiose ilusória com o domínio racional da natureza e a mobilização de energias sociais. A razão instrumental libertada em forças produtivas, a razão funcional ao desabrochar em capacidades de organização e planificação, deveriam abrir caminho a uma vida digna do homem, igualitária e, ao mesmo tempo, libertária. O potencial das relações de entendimento deveria no final decorrer naturalmente de produtividade das relações de trabalho. A persistência desta confusão reflecte-se ainda na inversão crítica quando, por exemplo, os esforços de normalização das grandes organizações centralistas são metidos no mesmo saco com os esforços de generalização do universalismo moral (7).

Ainda mais incisivo é o abandono da ilusão metódica que estava associada aos esboços de uma totalidade concreta de possibilidades futuras de vida. O conteúdo utópico da sociedade de comunicação contrai-se nos aspectos formais de uma intersubjectividade integral: mesmo a expressão "situação ideal de diálogo", na medida em que sugere uma forma concre-

ta de vida, induz em erro. O que se pode distinguir normativamente são condições necessárias, mais gerais, para uma praxis comunicativa do cotidiano e para um processo de formação discursiva da vontade em que participariam os próprios interessados na situação, para realizarem por iniciativa própria possibilidades concretas de uma vida melhor e menos ameaçada segundo as *próprias necessidades* e ideias⁽⁸⁾. A crítica da utopia que de Hegel aos nossos dias, passando por Carl Schmitt, proclama o anúncio fatídico do jacobinismo, denuncia injustamente a união, aparentemente inevitável, da utopia com o terror. Contudo, mais utópica é a confusão de uma infra-estrutura comunicativa, altamente desenvolvida, de possíveis formas de vida com uma determinada totalidade, que emerge no singular, de vida conseguida. Esta totalidade não se pode antecipar.

NOTAS

- (1) Jörn Rüsen, *Utopie und Geschichte*. In Wilhelm Vosskamp (ed.), *Utopieforschung*, vol. 1, Stuttgart, Metzler, 1982.
- (2) Desta perspectiva produziu Oskar Negt um trabalho notável: *Lebendige Arbeit enteignete Zeit*, Frankfurt, Campus, 1984.
- (3) Claus Offe, *Arbeitsgesellschaft, Strukturprobleme und Zukunftsperspektiven*. Frankfurt, Campus, 1984.
- (4) Desta perspectiva, recentemente, Horst Kern e Michael Schumann, *Das Ende der Arbeitsteilung?*, Munchen, C.H. Beck, 1984.
- (5) Claus Offe, *Korporatismus als System nichtstaatlicher Machtsteuerung*. In *Geschichte und Gesellschaft*, v. 2, 1984. Para a defesa teórica do neocorporatismo, cf. Hellmut Willke, *Entzavberung des Staates*, Königstein, "Athenaum", 1983.
- (6) Thomas Schmid (ed.), *Berfreierung von falscher Arbeit. Thesen zum garantierten Mindesteinkommen*, Berlin, Wagenbach, 1984.
- (7) Cf. A crítica de Axel Honneth a Lyotard in *Merkur*, nº 430, Dezembro 1984.
- (8) Karl Otto Apel, *Ist die Ethik der idealen Kommunikationsgemeinschaft eine Utopie?*, In Vosskamp, *Utopieforschung*, Vol. 1.